

MAPEAMENTO E CATEGORIZAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCATIVOS EM INSTITUIÇÕES NÃO ESCOLARES NA REGIÃO ALENTEJO

Anita TINOCO

Universidade de Évora – Centro de Investigação em Educação e Psicologia
agetinoco@gmail.com

Bravo NICO

Universidade de Évora – Centro de Investigação em Educação e Psicologia
jbn@uevora.pt

Resumo: A educação deixou de estar confinada ao espaço escola (no sentido lato) para passar a acontecer em qualquer local e a todo o tempo, levando a que as aprendizagens deixassem de estar circunscritas a contextos físicos e a currículos pré-estabelecidos. Esta realidade tem concorrido para a crescente importância conferida à educação não formal.

Ainda que a ampliação do conceito de educação tenha contribuído para a afirmação do papel educativo das instituições não escolares, nomeadamente arquivos, bibliotecas, museus, centros de ciência viva, fundações, empresas, etc., são praticamente inexistentes estudos sistematizados sobre as práticas educativas promovidas pelos serviços educativos destas instituições.

Enquadrada no âmbito de um projeto de investigação do Programa de Doutoramento em Ciências da Educação da Universidade de Évora, que tem, como finalidade, estudar e caracterizar o perfil pedagógico concretizado nos serviços educativos das instituições não escolares na região Alentejo, a presente comunicação visa apresentar o trabalho realizado durante a primeira fase da investigação e que consistiu no levantamento dos serviços educativos existentes neste território tendo em vista o seu mapeamento e a sua categorização, em função da atividade principal exercida pela entidade.

Este estudo segue uma abordagem qualitativa e assume a modalidade de estudo de caso múltiplo, procurando contribuir para o conhecimento dos serviços educativos de instituições não escolares existentes na região Alentejo. A recolha de dados será efetuada através da análise documental, da realização de entrevistas semiestruturadas aos responsáveis pelos serviços educativos e da observação não participante das atividades e dos espaços onde se encontram implementados os serviços educativos.

Pretende-se que este estudo permita concretizar uma “fotografia” dos serviços educativos presentes no território Alentejo, em instituições cuja atividade principal está ligada às áreas da cultura, ciência, empresarial, sociedade civil, entre outras, caracterizando em detalhe que serviços educativos existem, a sua localização geográfica, o tipo de entidade a que pertencem assim como a forma como se encontram estruturados, os meios materiais e humanos disponíveis, o público-alvo a que se destinam e a identificação das atividades didático-pedagógicas promovidas.

Palavras-chave: serviços educativos, instituições não escolares, educação não formal

INTRODUÇÃO

Na atualidade, assistimos a uma mudança na forma de entender a educação. A educação deixou de estar confinada ao espaço da escola (no sentido lato) para passar a acontecer em qualquer local e a todo o tempo. A ampliação do conceito de educação – alicerçado nos pilares *aprender a conhecer*, *aprender a fazer*, *aprender a viver juntos/aprender a viver com os outros* e *aprender a ser* (Delors, 1996) – tem contribuído para uma crescente importância conferida ao trabalho desenvolvido pelas instituições não escolares na promoção de atividades educativas.

As exigências subjacentes à Sociedade da Informação e do Conhecimento “gerou uma ampliação notável da premência de novas aprendizagens provocando a expansão dos contextos educativos para fora das fronteiras e limites da escola tradicional” (Lage & Bandeira, 2017, p. 75).

Tendo presente esta ideia, neste artigo procura-se dar a conhecer a primeira fase de um projeto de investigação do Programa de Doutoramento em Ciências da Educação da Universidade de Évora e que consiste no levantamento dos serviços educativos existentes no território Alentejo em instituições cuja atividade principal não está ligada ao ensino/educação. Através da pesquisa documental e pesquisa na *internet* efetuou-se o mapeamento dos serviços existentes por sub-região do Alentejo e sua categorização em função da atividade principal da entidade e/ou da natureza das aprendizagens promovidas.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Educação, educação não formal e sua importância

A educação é reconhecida na “Declaração Universal dos Direitos Humanos” da ONU como sendo um direito de todos os cidadãos, apresentando-se como elemento determinante para o desenvolvimento integral do indivíduo. Em 2016, na “Declaração de Incheon”, a UNESCO considerou a educação como um bem público, uma vez que se trata de um direito fundamental que sustenta a efetivação dos demais direitos do cidadão (UNESCO, 2016).

Num contexto em que a sociedade em que vivemos se encontra em constante transformação, somos diariamente confrontados com novas informações e problemas aos quais há necessidade de dar resposta. Esta circunstância torna imperiosa a atualização permanente e contínua de saberes e conhecimentos e coloca em evidência o facto das aprendizagens efetuadas em contexto formal – instituições de ensino – não darem uma resposta às necessidades de hoje. A educação deve preparar cidadãos capazes de lidarem com a incerteza, de pensar criticamente, aceitar a diferença, etc., sendo que para isso devem ser valorizadas todas as modalidades de educação – formal, informal e não formal – numa ótica de educação ao longo da vida.

Os relatórios da ONU e da UNESCO corroboram precisamente o referido anteriormente. A título de exemplo destacar o trabalho desenvolvido pela UNESCO em 2015 intitulado “*Repensar a Educação – Rumo a um bem comum mundial?*” no qual é manifesta a preocupação em garantir uma educação inclusiva que contribua para a aquisição de competências que sirvam para melhorar a vida em sociedade. Na mesma linha de pensamento, em 2015, a ONU definiu uma agenda para desenvolvimento sustentável - “*Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*” - que prevê a concretização de oito “Objetivos de Desenvolvimento do Milénio”. Para a área da educação foi contemplado o Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º 4 – ODS4 – intitulado Educação de Qualidade que visa assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Com o intuito de cumprir este objetivo, a UNESCO, resultado do “Fórum Mundial de Educação” publicou a “Educação 2030” e mais tarde, em 2017, “Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Objetivos de aprendizagem” onde se defende que a educação tem de capacitar as pessoas para a tomada de decisões informadas e responsáveis, alinhada com os desafios e aspirações do século XXI (UNESCO, 2017).

Assim, e dado que se pretende que a educação seja um contínuo ao longo da vida, tem havido o cuidado de enquadrar e valorizar outras formas de ensino e aprendizagem. A preocupação em enquadrar estas novas formas de aprendizagem não é recente. Na década de 70, mais propriamente no ano de 1972, a UNESCO, no relatório “aprender a ser” define o conceito de educação permanente, salientando o carácter contínuo da

educação, e demonstrando que a educação não é uma exclusividade das instituições oficiais de ensino, abrindo, deste modo, espaço para a valorização das aprendizagens realizadas nos mais variados contextos, sobretudo as aprendizagens efetuadas em ambiente não formal.

O conceito de educação não formal, segundo Gohn, pode ser definido como “*aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de partilha de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.*” (Gohn, 2006, p.28).

Para a UNESCO, o conceito de educação não formal é entendido como:

Toda actividad educativa organizada y sostenida que no corresponde exactamente a la definición de educación formal. Por ende, la educación no formal puede tener lugar tanto dentro como fuera de las instituciones educativas y ocuparse de personas de todas las edades. Según los contextos de cada país, podrá abarcar programas educativos para la alfabetización de los adultos, la educación básica para los niños sin escolarizar, competencias para la vida activa, para el trabajo y cultura general. Los programas de educación no formal no necesariamente se rigen por el sistema de ‘escalones’ y pueden tener distintas duraciones y conferir o no la certificación de lo aprendido (UNESCO, 2011, p. 227)

Tendo em conta as definições atrás apresentadas, a educação não formal é uma modalidade de educação que se caracteriza pelo facto de pressupor uma certa estruturação e por ter uma intencionalidade educativa, mas nem sempre dá origem a uma certificação. A educação não formal acontece em contextos organizacionais coletivos específicos e bastante diversificados, destinando-se a diferentes faixas etárias, pelo que se pode afirmar que nesta modalidade de educação não existe segmentação nem dos espaços nem dos tempos de aprendizagem.

A educação não formal corresponde a um conjunto de atividades que complementam a educação formal e que ocorre ao longo de toda a vida. Este modelo de educação apresenta-se como uma possibilidade de formação complementar, na medida em que desenvolve habilidades e competências que o ensino tradicional não oferece aos alunos.

Além disso, a educação não formal caracteriza-se pelo facto de dar prioridade ao desenvolvimento de métodos de aprendizagem participativos baseados na experiência, na autonomia e responsabilidade de cada um, ao mesmo tempo que promovem as competências sociais (PINTO, 2005) bem como valores sociais e éticos.

O aumento crescente da importância atribuída ao papel da educação não formal encontra-se plasmado num estudo realizado pelo INE intitulado “Educação e formação de adultos em Portugal: retrato estatístico de uma década” conclui que “*A participação em atividades de aprendizagem ao longo da vida aumentou cerca de 20 p.p. numa década, particularmente devido ao aumento da participação em educação não formal, que duplicou entre 2007 e 2016*” (Oliveira et al., 2017, p.3)

O relatório do Conselho Nacional de Educação intitulado Educação e formação de Adultos também coloca em evidência a importância da educação não formal quando refere que “*considera ser muito importante construir com os adultos, para além de uma educação formal, uma educação não formal (...) saídas frequentes para visitas a museus, idas a espetáculos, palestras.*” (Canelas & Ramos, 2019, p.41).

Daqui se depreende que a educação não pode ficar limitada ao espaço da escola, dado que existe um conjunto de aprendizagens que são realizadas em outros espaços e outros tempos. Este universo de aprendizagens, com as características atrás definidas, são, de acordo com Bravo Nico e Lurdes Nico (Nico &

Nico, 2017), assumidas como exemplos de educação não formal, contribuindo para o desenvolvimento humano, social e económico.

Serviços educativos em instituições não escolares

As instituições de ensino são por excelência as entidades de referência em educação, contudo, progressivamente o trabalho desenvolvido por instituições não escolares tem ganho uma importância significativa na transmissão de conhecimentos e na diversificação das aprendizagens.

A ampliação do conceito de educação, que passou a considerar o desenvolvimento do ser humano como um todo, contribuiu para a afirmação do papel educativo das instituições não escolares ao conceberem e realizarem um conjunto de atividades educativas, tais como visitas de estudo, exposições, conferências, palestras, seminários, entre outros, numa perspetiva pedagógica, que se revelam interessantes para a formação integral do ser humano numa perspetiva de educação ao longo da vida e que concorrem para a afirmação de um dos pilares da educação – Aprender a ser – constantes do Relatório da UNESCO.

Manuel Patrício refere que “*Aprendemos em qualquer circunstância. Aprendemos na circunstância da família (...) Aprendemos na circunstância da rua*” (Patrício, 2004, p. 13). De facto, as aprendizagens realizam-se em todo o lado e a todo o tempo, não estando circunscritas a contextos físicos nem a currículos pré-estabelecidos, o que nos leva a considerar a importância do trabalho pedagógico realizado nos serviços educativos de instituições não escolares.

O conceito de serviço educativo pode ser definido como “estrutura organizada, dotada de recursos mínimos, designadamente pessoal, inscrita organicamente (...), mesmo que de maneira informal, que desenvolve ações dirigidas ao público, com objetivos educativos” (Camacho, 2007, p. 28). Segundo Faria e Pericão (1999, p.557), a noção de serviço educativo assenta em “atividades instrutivas (...) com vista à ampliação de conhecimentos e iniciação do público”. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística entende o serviço educativo com o “conjunto de atividades pedagógicas realizadas com o objetivo de divulgar o acervo e iniciar acervo o público na sua utilização” (Arquivo Nacional do Brasil, 2005, p.154).

Apesar de ainda lutar “para ocupar um lugar de prioridade nas instituições” (Vilela, 2020, p. 36), os serviços educativos apresentam-se como componentes fundamentais das instituições, desempenhando um conjunto de funções educativas que passam pelo acolhimento dos utilizadores, mediação cultural, formação de públicos, realização de atividades, contribuindo para a participação e inclusão de todos.

Os serviços educativos privilegiam o relacionamento com os públicos (Lage & Bandeira, 2017) e apresentam-se como “terrenos de mediação”, permitindo às instituições estabelecer uma relação direta e privilegiada com o público (Barriga & Silva, 2007, p. 10), colocando-o no centro da sua atividade (Gomes, 2021). Na perspetiva de Sara Barriga (2011), é “consensual o entendimento dos mesmos [serviços educativos] como territórios de participação, que visam uma mediação significativa entre a coleção/exposição e os seus visitantes” (p. 2). No mesmo sentido, Neves e Barbosa (2022) consideram que os serviços educativos são fulcrais na “mediação entre públicos e coleções e/ou exposições” (p.66).

As atividades educativas realizadas por instituições não escolares representam/oferecem uma oportunidade de aprendizagem. O carácter prático e interativo das atividades desenvolvidas nestas instituições

estimula a participação dos utilizadores destes serviços levando-os a apropriarem-se dos ensinamentos ministrados naqueles contextos. Efetivamente, os serviços educativos das instituições não escolares “são espaços privilegiados para a educação não-formal, pois não estando presos por questões de avaliações ou constrangimentos da escola formal, têm liberdade para explorar metodologias e abordagens alternativas ou experimentais” (Pinto, 2019, p.53).

Ainda que as aprendizagens realizadas nestes contextos não confirmam uma certificação de nível escolar e/ou profissional, proporcionam a aquisição de competências fundamentais ao correto exercício da cidadania, estimulam o pensamento crítico, a capacidade de análise e concorrem para a melhoria dos níveis de literacia.

Por fim, destacar, também, o facto da criação de serviços educativos se prender com questões de sustentabilidade, ou seja, a criação de serviços educativos “traduz igualmente as preocupações de sustentabilidade sentidas por agentes e instituições, num contexto em que o poder público, tende a desvincular-se do financiamento à cultura” (Quintela, 2011, p. 63).

PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo trata-se de um recorte de uma pesquisa maior realizada no âmbito do Programa de Doutoramento em Ciências da Educação da Universidade de Évora que segue uma abordagem qualitativa e assume a modalidade de estudo de caso múltiplo tendo como objetivo geral conhecer e caracterizar o perfil pedagógico concretizado nos serviços educativos de instituições não escolares na região Alentejo.

Partindo da questão “Que serviços educativos existem em instituições não escolares na região Alentejo e como se caracteriza o perfil pedagógico em que se estrutura a sua atividade?” foram fixados três objetivos específicos:

1. Identificar os serviços educativos existentes em instituições não escolares da região Alentejo;
2. Construir uma categorização dos serviços educativos em instituições não escolares da região Alentejo, com base nas atividades principais das diferentes instituições;
3. Caracterizar as atividades promovidas, os recursos (humanos e materiais) e público-alvo dos serviços educativos em instituições não escolares na região Alentejo.

O presente artigo corresponde à primeira fase do trabalho realizado no âmbito da investigação em curso e que consistiu no levantamento dos serviços educativos presentes no território através da pesquisa na *internet* e da pesquisa documental. Partindo desse levantamento, os serviços educativos identificados foram categorizados em função da atividade principal da entidade e/ou da natureza das atividades e aprendizagens que promovem.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tendo como fronteira a região Alentejo, procurou-se identificar as instituições detentoras de serviços educativos com presença nas quatro sub-regiões que compõem o Alentejo, a saber: Alentejo Central, Alentejo Litoral, Alto Alentejo e Baixo Alentejo.

A pesquisa de instituições com serviços educativos abrangeu um total de 47 concelhos pertencentes ao distrito de Beja (14 concelhos), ao distrito de Évora (14 concelhos), Portalegre (15 concelhos) e Setúbal (4 concelhos).

O processo de mapeamento dos serviços educativos existentes neste território implicou a pesquisa *online* nos diversos *sítes* das instituições e a pesquisa documental, nomeadamente de trabalhos académicos e artigos científicos que tivessem como objeto de estudo os serviços educativos. Os dados recolhidos durante a pesquisa foram registados num ficheiro com informação relativa à instituição e ao serviço educativo, nomeadamente, o nome da instituição, localização no território (distrito e concelho), contactos, nome do responsável, site institucional e informação sobre o funcionamento e atividades promovidas pelo serviço.

Daqui resultou a identificação de 193 instituições não escolares detentoras de serviços educativos na região Alentejo, distribuídas no território da seguinte:

Sub-região do Alentejo	N.º de Serviços Educativos
Alentejo Central	80
Alentejo Litoral	13
Alto Alentejo	40
Baixo Alentejo	60

Tabela 1: Serviços Educativos por sub-região do Alentejo

Atentos os dados atrás apresentados, verifica-se que a sub-região Alentejo Central é a que apresenta maior número de instituições não escolares com serviços educativos (80), seguida da sub-região Baixo Alentejo que contabiliza 60 serviços educativos. Em contrapartida, na sub-região Alentejo Litoral foram apenas identificadas 13 instituições não escolares com serviços educativos. Uma possível explicação para este número reduzido pode dever-se ao facto de esta sub-região contar somente com 5 concelhos (1 do distrito de Beja e 4 do distrito de Setúbal), enquanto das demais sub-regiões são compostas por um número superior de concelhos.

Numa análise por sub-região, os concelhos que apresentam maior número de serviços educativos em instituições não escolares é o concelho de Estremoz, no Alto Alentejo, com onze serviços identificados; o concelho de Santiago do Cacém com quatro serviços educativos no Alentejo Litoral; o concelho de Alter do Chão com seis, no Alto Alentejo e no Baixo Alentejo, os concelhos de Serpa e Vidigueira contabilizam nove serviços educativos em instituições não escolares.

Em relação aos concelhos onde foram identificados menor número de instituições não escolares com serviços educativos os resultados foram os seguintes: no Alentejo Central existem dois concelhos, Alandroal e Mourão, com dois serviços educativos identificados. O mesmo se verifica no Alentejo Litoral onde os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola e Odemira apresentam dois serviços educativos pertencentes a instituições não ligadas ao ensino. No Alto Alentejo e no Baixo Alentejo apurou-se a existência de apenas uma instituição não escolar com serviço educativo nos concelhos de Castelo de Vide, Crato, Gavião, Marvão, Monforte, Alvito e Ourique, respetivamente.

Os resultados obtidos demonstram que a prevalência de serviços educativos ligados a instituições cuja atividade principal não é o ensino/educação ocorre fora das capitais de distrito. Além disso, pode aventar-se a importância conferida a esses serviços como elementos dinamizadores dos territórios de baixa densidade, uma

vez que frequentemente estes se tratam do único espaço/entidade que estimula e promove atividades educativas fora do contexto da escola.

Os dados apurados, durante a fase de mapeamento dos serviços educativos em instituições não escolares, permitiram perceber que as instituições detentoras dos serviços se encontram ligadas a determinadas áreas de atividade e/ou à promoção de atividades educativas em determinada área do saber.

Assim, em função da atividade principal desenvolvida pela instituição e/ou do tipo de atividades educativas e aprendizagens proporcionadas pelo serviço educativo da instituição, conclui-se que os 193 serviços educativos identificados no território Alentejo podiam ser distribuídos por quatro categorias: *ciência*, *cultura*, *economia e sociedade civil*. Salientar que, embora a definição de cada categoria careça de fundamento teórico, nesta fase da investigação, estas categorias correspondem em traços gerais ao que de seguida se apresenta.

Na categoria *ciência*, foram integrados os serviços educativos de instituições que promovem atividades educativas que prosseguem como objetivo a difusão do conhecimento científico, para responder a questões, problemas. Estes serviços têm ainda uma componente de experimentação e demonstração científica, em que as atividades realizadas são de carácter prático-científico. Desta categoria fazem parte os centros de ciência viva, os centros interpretativos, os observatórios, zoológicos (nos quais se inserem fluviários e aquários), entre outros de igual natureza.

Por seu lado, na categoria *cultura* foram considerados os serviços educativos ligados a instituições com um cariz patrimonial e cultural, ou seja, que desenvolvam atividades ou cuja génese se prende com a necessidade de salvaguarda, preservação e divulgação do património. Tratam-se de instituições ligadas à memória e património, daí que integrem esta categoria serviços educativos de arquivos, bibliotecas, centros de arte e cultura, museus, etc.

No que respeita à categoria *economia*, esta conta sobretudo com empresas. Apesar de economia ser um conceito bastante abrangente, para efeitos do presente estudo, considerou-se que economia correspondia às instituições que resultavam da iniciativa privada, concretamente empresas, ligadas aos três setores de atividade económica.

Por fim, a categoria *sociedade civil* corresponde às instituições cuja criação surge de forma voluntária no seio de uma comunidade e que daí resulta a mobilização da sociedade, seja para dar resposta a uma necessidade ou satisfação do interesse comum. Desta categoria fazem parte as associações, as cooperativas, as fundações.

Em termos de distribuição das diferentes categorias de serviços educativos em instituições não escolares pela região Alentejo, os resultados são os seguintes:

Sub-região do Alentejo	Categoria de Serviço Educativo			
	Ciência	Cultura	Economia	Sociedade Civil
Alentejo Central	13	42	16	9
Alentejo Litoral	2	9	1	1
Alto Alentejo	5	26	5	4
Baixo Alentejo	2	40	9	9
TOTAIS	22	117	31	23

Tabela 2: Categorias de Serviços Educativos

Tomando em consideração os resultados obtidos denota-se uma preponderância de serviços educativos ligados a instituições culturais, sendo, por conseguinte, a categoria que maior número de serviços educativos regista. Dos 193 serviços educativos em instituições não escolares identificados, 117 posicionam-se na categoria cultura, ou seja, a maior parte dos serviços educativos localizados pertencem à cultura. Estes resultados explicam-se pelo número elevado de museus e bibliotecas existentes no território Alentejo, em que todos os concelhos que compõem as diferentes sub-regiões apresentam pelo menos um serviço educativo desta categoria e nos casos dos concelhos de Castelo de Vide, Crato, Gavião, Monforte, Alvito e Ourique a biblioteca municipal é a única instituição não escolar que possui serviço educativo. Semelhante situação acontece no concelho de Marvão onde apenas foi identificado um museu com serviço educativo.

A categoria que surge em segundo lugar quanto ao número de serviços educativos, trata-se da categoria economia, que contabiliza 31 instituições não escolares com serviço educativo. Este resultado está relacionado com a presença de diversas empresas ligadas ao mundo vinícola e ao enoturismo e que assumem a promoção de experiências e aprendizagens nesse âmbito como elemento distintivo e mecanismo de divulgação dos seus produtos associados ao conhecimento e à ciência.

As categorias que apresentam menor número de serviços educativos são a ciência, com 22, e a sociedade civil, com 23. No que concerne, às instituições não escolares que promovem atividades ligadas à ciência referir que apesar de serem em menor número comparativamente com as da categoria da cultura, em regra, até devido à sua natureza, os seus serviços educativos apresentam um elevado nível de estruturação.

Esta primeira leitura dos resultados obtidos, ainda que passível de alterações e outras análises, permite-nos fazer uma “*fotografia*” dos serviços educativos existentes no território Alentejo, localizando-os nos diferentes concelhos e sub-regiões do Alentejo, assim como efetuar uma aproximação às diferentes categorias de serviços educativos bem como a identificação daquelas que têm maior ou menor incidência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação não formal concorre para a aprendizagem ao longo da vida e ocorre nos mais variados lugares e tempos tendo em vista o desenvolvimento humano.

Os serviços educativos em instituições não escolares posicionam-se como aliados na promoção de atividades de cariz educativo com relevância na realização de aprendizagens ao longo da vida e no âmbito da educação permanente.

Os resultados obtidos revelam que na região Alentejo há 193 serviços educativos integrados em instituições que não têm como atividade principal a educação. Esses serviços educativos, fruto da atividade principal da entidade e/ou do tipo de atividades e aprendizagens promovidas foram distribuídos por quatro categorias: ciência, cultura, economia e sociedade civil, sendo que 117 foram posicionados na cultura, 31 inseridos em empresas, 23 na sociedade civil e 22 em instituições ligadas à ciência.

Por se tratar de um projeto de investigação que está a decorrer, os resultados apurados até ao momento possuem limitações, e, por esse motivo, podem sofrer alterações e originar diferentes resultados e interpretações.

Agradecimentos:

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04312/2020.

REFERÊNCIAS

- Arquivo Nacional do Brasil. (2005). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Arquivo Nacional
- Barriga, S. & Silva, S. (2007). Serviços educativos na cultura: desenhar pontos de encontro. In S. Barriga & Silva (coord.), *Serviços educativos na cultura* (pp.9-15). Setepés
- Barriga, S. (2011). Serviços educativos em Portugal: ponto da situação. *Documento de recomendações*. www.icomportugal.org/multimedia/CECA2011_SaraBarriga.pdf
- Camacho, C. F. (2007). Serviços educativos na Rede Portuguesa de Museus: Panorâmica e perspectivas. In Barriga, S., & Silva, S. G. (Coord.). *Serviços Educativos na Cultura*. (pp. 26-41). Porto: Setepés.
- Canelas, A.M. & Ramos, F. (2019). *Educação e formação de adultos* [Relatório Técnico]. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Delors, J. (1996). *Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. ASA.
- Faria, M. & Pericão, M. (1999). *Novo dicionário do livro: da escrita ao multimédia*. Círculo de Leitores.
- Gohn, M. (2006). Educação Não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 14(50). 27-38. <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYdfQ/?format=pdf&lang=pt>
- Gomes, J. (2021). *O serviço educativo do Museu Calouste Gulbenkian: estratégias de mediação cultural* [Dissertação de mestrado não publicada, Instituto Universitário de Lisboa] Repositório do Instituto Universitário de Lisboa. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/25032/1/master_joana_martins_gomes.pdf
- Lage, M. & Bandeira, C. (2017). Serviços educativos em bibliotecas públicas. *Revista Lusófona de Educação*, 37, 63-78.
- Neves, J. M., & Barbosa, R. (2022). A educação em museus: Caminhos e cenários de mediação cultural. *Sensos-E*, 9(1), 66-75.

- Nico, L. P., & Nico, J. C. B. (2017). Educação Comunitária: da Animação ao Desenvolvimento. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, (05), 233-237.
<https://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/reipe.2017.0.05.2657/pdf>
- Oliveira, C. et.al. (2017). *A Educação e formação de adultos em Portugal: retrato estatístico de uma década*. Lisboa: INE p.1-16
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=281448128&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt
- Patrício, M. (2004). “Aprender na Escola do Alentejo”. in José Nico et al. (Orgs.). *II Encontro Regional de Educação – Aprender no Alentejo*. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.13-16.
- Pinto, L. C. (2005). Sobre a educação não-formal. *Cadernos d'inducar*, 1-7. Consultado em 10 nov. 2021.
https://issuu.com/mediateca_inducar/docs/sobreeducaonf
- Pinto, R. (2019). *O Design como ferramenta educativa para a comunicação da cultura ao público infantil nos Museus* (Dissertação de Mestrado não editada). Universidade do Minho.
- Quintela, P. (2011). Estratégias de mediação cultural: Inovação e experimentação no Serviço Educativo da Casa da Música. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 94, 63-85
- UNESCO (2011). *Guia para la Planificación de la Educación em Situações de Emergência y Reconstrucción*. Instituto Internacional de Planificación de la Educación. Paris.1206p.
- UNESCO (2016). *Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação, rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos*. Brasília. 54p.
- UNESCO (2017). *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Brasil. 66p.
- Vilela, L. (2020). *Avaliação diagnóstica de serviços educativos: O caso da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão* [Dissertação de mestrado não publicada, Universidade do Porto]. Repositório Institucional da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/130660>